



## MASCULINIDADE E SEXUALIDADE HEGEMÔNICA ATRAVÉS DE GRAFITOS EM UMA AMBIÊNCIA ESCOLAR

Adriano Rogério Cardoso<sup>1</sup>, Tânia Regina Zimmermann<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo objetiva refletir sobre as representações da masculinidade e da sexualidade hegemônica em grafitos produzidos por adolescentes em uma Escola Estadual da cidade de Pontalinda, SP entre os anos de 2018 e 2019. Buscou-se identificar e analisar nas imagens a construção de masculinidades hegemônicas, subjetividades, bem como, estigmas e preconceitos de gênero. Em relação a metodologia optamos por uma pesquisa descritiva-exploratória, de cunho qualitativo, no qual utilizaremos elementos da Análise Crítica do Discurso, pois permite examinarmos aspectos socioculturais e linguísticos. Os resultados apontam a carência de pesquisas, a existência crescente de preconceitos de gênero e de sexualidades nas escolas. Advogamos a necessidade de problematizar questões de gênero e sexualidades nos discursos das políticas curriculares e nos processos de formação de educadores(as). Medra-se a possibilidade de uma reflexão, de (des)construção de preconceitos e de estereótipos generificados permitindo a formação de cidadãos críticos e conscientes em suas subjetividades.

**Palavras-chave:** Masculinidade. Sexualidade hegemônica. Grafitos. Escola. Adolescentes.

## MALE AND HEGEMONIC SEXUALITY THROUGH GRAFFITI IN A SCHOOL ENVIRONMENT

**Abstract:** This article aims to reflect on the representations of hegemonic masculinity and sexuality in graffiti produced by adolescents in a State School of Pontalinda, SP between 2018 and 2019. We sought to identify and analyze in the images the construction of hegemonic masculinities, subjectivities as well as gender stigmas and prejudices. Regarding the methodology we opted for a descriptive-exploratory research of qualitative nature, in which we will use elements of Critical Discourse Analysis, as it allows to examine sociocultural and linguistic aspects. The results point to the lack of

<sup>1</sup>Mestrando em Educação na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS - Paranaíba-MS. Professor da Rede Pública do Estado de São Paulo. E-mail: [adrianor345@hotmail.com](mailto:adrianor345@hotmail.com)

<sup>2</sup>Doutora em História. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEMS Paranaíba-MS. E-mail: [taniazimmermann@gmail.com](mailto:taniazimmermann@gmail.com)





research, the growing existence of gender bias and sexuality in schools. We advocate the need to problematize gender and sexuality issues in curriculum policy discourses and in educator training processes. It reflects the possibility of reflection, (de) construction of prejudices and gender stereotypes allowing the formation of critical and conscious citizens in their subjectivities.

**Keywords:** Masculinity. Hegemonic sexuality. Graffiti. School. Adolescents.

## 1. Introdução

Esta pesquisa objetivou identificar elementos da masculinidade, sexualidade hegemônica e questões de gêneros por meio de grafitos produzidos por adolescentes em uma ambiência escolar.

Sabemos que a escola tem por função educar, transmitir conhecimentos historicamente acumulados pela sociedade, além de formar cidadãos críticos que saibam solucionar problemas e refletir sobre as suas ações. O educador tem um papel de grande importância no processo formativo.

A sexualidade faz parte dos sujeitos e não pode ser desligada deles(as). Trata-se de uma dimensão humana que nos acompanha ao longo da vida, encontra-se inserida em tudo que ouvimos, vemos, sentimos, pois está em nossa subjetividade (LOURO, 1997; AUAD, 2012).

Entendemos que na adolescência muitas vezes, as instituições acabam agindo de maneira repressiva, punitiva, ameaçadora incluindo a família, religião, até a escola no referente a sexualidade e gênero. A instituição escolar por ser uma representação do micropoder com suas normas e regras tenta adequar os corpos e silenciar determinados assuntos, como é o caso da sexualidade. A escola segue normas pré-estabelecidas pelo macropoder circulante na sociedade que é mantido e consolidado por ações discursivas. Linguagem é poder.

Com o advento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) seguindo uma proposta de trabalho transversal para o Ensino Fundamental objetiva uma formação para a cidadania, com cidadãos críticos que reconheçam a diversidade sociocultural do país, aprendam a se posicionar contra todo tipo de preconceito e discriminação (BRASIL, 2001).

Paraíso (2018) reverbera ainda que a invisibilidade dos temas gênero e sexualidade se fez presente em vários documentos, afinal foram



[...] retirados do Plano Nacional de Educação (PNE), dos Planos Estaduais e Municipais de Educação de vários estados e municípios brasileiros, recentemente, no final do ano 2017, esses temas foram também invisibilizados na última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) (PARAÍSO, 2018, p. 8).

Paraíso cria uma linha denominada *currículos e possibilidades* pois acredita que possa haver no currículo “espaços para encontros que escapam à regulação”, sabemos que o currículo é um espaço de aprendizagem e ensino incontrolável, objeto de interesses e poderes. A criação de espaços de heterotopias nas escolas, nos currículos escolares é possível e devem garantir que temas como gênero e sexualidade estejam contemplados na ambiência escolar. Nessa perspectiva cabe a cada profissional ter essa consciência, esse posicionamento, conforme nos indicou Foucault (2001 apud PARAÍSO, 2018, p.8).

A invisibilidade da sexualidade e do gênero na BNCC possibilitam a extinção de suas abordagens nos currículos oficiais educacionais e conseqüentemente em sala de aula, afinal se não podemos ler sexualidade e gênero, podem ser interpretados como inexistentes e a obrigatoriedade poderá cair nas malhas do esquecimento.

Sendo assim, os jovens com menos espaços sociais para falar sobre os temas sexualidade e gênero procuram outras maneiras de se expressar, uma delas é a confecção dos grafitos de conotação sexual. Grafito é um termo de origem italiana e significa: “inscrição ou desenho de épocas antigas, toscamente riscado a ponta ou a carvão, em rochas, paredes, vasos, etc.” (FERREIRA, 1986, p. 862). Presente inclusive na ambiência escolar.

Processos investigativos voltados a masculinidade hegemônica, práticas de combate a masculinidade tóxica deveriam ser incentivados nos currículos escolares e processos de formação de professores. Percebemos o poder que a hegemonia branca, heteronormativa, machista, estereotipada exerce na sociedade. A masculinidade valoriza atributos da força física, virilidade, liderança, acúmulo de capital, rejeitando demonstrações de sentimentalidades e feminilidades. Nesse sentido, existe uma carência de valores relacionados a autenticidade, individualidade, compaixão, respeito as diferenças de gênero e raça em sociedade, refletidos na instituição escolar. As problematizações sobre os papéis de gênero e masculinidade hegemônica devem ser levantadas em busca de alternativas e possibilidades aos padrões atuais engessados.



## 2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva-exploratória de cunho qualitativo, como afirma Minayo (2010, p. 26) “[...] o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo” e considero que melhor auxilia na compreensão desse fenômeno social.

A pesquisa foi realizada em agosto de 2018 a agosto de 2019 junto a uma escola da rede pública de ensino que oferece o Ensino Fundamental II e Ensino Médio, denominada E.E “Prof.<sup>a</sup> Zélia de Lourdes Zaccarelli Lopes”, Pontalinda- SP, por ser local de atuação do pesquisador 1. Tais indagações surgiram ao observar “*in loco*” elevado número de grafitos no ambiente escolar acompanhadas pelo silenciamento de educadores em relação a sexualidade e questões de gênero na escola, quando feito direcionada a reprodução humana.

Para discutir sobre sexualidade representada pelos grafitos na ambiência escolar, realizamos uma busca pelas produções acadêmicas sobre o tema para a fundamentação teórica por meio de teses, dissertações, artigos e livros que abordam essa temática na área da educação. A compreensão dos fenômenos e a definição do referencial teórico corrobora para a posterior análise dos dados. Essa análise visa identificar possíveis temas como preconceito, o interdito, o silenciamento, a falta de capacitação dos educadores em relação a sexualidade devido a questões políticas, curriculares, de formação acadêmica, pessoais, religiosas e/ou sociais. Fotos dos grafitos presentes em ambiência escolar foram colhidas paralelamente. As imagens foram selecionados, elencadas e analisadas.

Procuramos sistematizar os pressupostos teóricos que fundamentaram nossas reflexões acerca do gênero e sexualidade por meio dos grafitos no ambiente escolar, procurando refletir acerca das relações possíveis entre teorias de Michel Foucault (2018, 2014, 2009, 2007), Judith Butler (2003, 2009), dos pesquisadores Guacira Lopes Louro (1997, 2018), Fernando Seffner (2011, 2014), sobre teorias de educação e os fundamentos da ação docente relacionados a temática deste artigo.

## 3. Resultados e Discussões

Apresentaremos alguns apontamentos teóricos, definições de masculinidade sob o ponto de vista de Mirian Pillar Grossi (2004), sobre a sexualidade hegemônica em Connel (2002), incluindo o Brasil e na sequência algumas análises dos grafitos.



Quando nos reportamos as relações hegemônicas observamos que refere-se a supremacia, superioridade de um povo sobre outros povos ou outras cidades (FERREIRA, 1986, p. 884). Na visão de Fairclough (2016, p. 127), o conceito de "hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômicos, político, cultural e ideológico de uma sociedade".

Fairclough (2016) pondera que a hegemonia pode ser entendida como alianças, concessões por meio de elementos ideológicos que convencem e possibilitam o consentimento da dominação de um sobre o outro, do dominante sobre o dominado. Envolvem formas econômicas, políticas, ideológicas e transitam entre instituições sociais como família, escola (educação), igreja. "A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios" (FAIRCLOUGH, 2016, p.128).

Em outras palavras, segundo a acepção de Gramsci, hegemonia é uma dominação consentida, especialmente de uma classe social ou nação sobre seus pares. Na visão do italiano, quanto mais difundida uma determinada ideologia, mais sólida fica a hegemonia e há menos necessidade do uso de violência explícita (GRAMSCI, 2002, p.62-63).

Nessas asserções podemos concluir que hegemonia exerce poder sobre outrem e incluímos aqui o poder do masculino sobre o feminino, da heteronormatividade sobre a não heteronormatividade, do hegemônico sobre o não hegemônico, do macho sobre a fêmea, do rico sobre o pobre e do branco sobre o negro.

Em relação a masculinidade Grossi (2004, p.5) observa que há duas correntes teóricas para entender a masculinidade: pós-estruturalismo e estruturalismo. No pós-estruturalismo o gênero se constitui pelo discurso por meio da linguagem.

Na corrente estruturalista "a existência de dois gêneros não exclui a possibilidade de que estes sejam constituídos em vários modelos de feminino e de masculino, modelos que variam histórica e culturalmente mas também que têm diferentes matizes no interior de cada cultura" (GROSSI, 2004, p.5). Percebemos então que gênero acontece quando a cultura classifica. A criança ao nascer se

[...] tem um pênis, é um menino [...] não tem um pênis; é uma menina. Assim, a atribuição de gênero tem pouco ou nada a ver com vaginas. Tudo se resume a "pênis" e "não pênis". O que mostra que o processo de atribuição de gênero é também totalmente falocêntrico e genital (BORNSTEIN, 1995, p. 22 *apud* LANZ, 2018, p. 49).



Se pensarmos na cultura ocidental, inclusive no Brasil, a definições da masculinidade indica que o gênero "masculino é ativo. Ser ativo, no senso comum a respeito de gênero, significa ser ativo sexualmente, o que para muitos significa penetrar o corpo da/ou outra/o" (GROSSI, 2004, p. 6). A masculinidade vem acompanhada pela agressividade e é aceita como natural e esperada.

O corpo feminino é uma construção discursiva e moldada. Sabemos que os rituais de construção de feminilidade tendem a serem "menos violentos que os masculinos, pois eles não precisam separar as mulheres do mundo feminino, mas sim reforçar este vínculo pelo aprendizado das regras deste mundo" (GROSSI, 2004, p.9).

Esperamos que no futuro as diferenças de gênero, assim como, as circunstâncias da sexualidade, individualidade de cada um sejam respeitadas.

Para Van Dijk (2017, p.9) seu interesse de objeto de estudo é "a reprodução discursiva de abuso de poder e desigualdade social", espraiando seu foco de investigação, nos alude sobre o abuso de poder dos dominantes exercido sobre os dominados. Entretanto, segundo Foucault (2007) e Butler (2009) há processos de resistências dos sujeitos marginalizados.

Segundo Butler (2009), na dinâmica do poder encontra-se a condição da agência no pensamento do sujeito, por meio da resistência surgindo a ação política. O desejo impulsiona a agência de modo inovador, gerando consciência e mudanças reflexivas. Possibilita rompimento da ordem hegemônica permitindo a ressignificação de práticas sociais e subjetivas (FURLIN, 2013, p. 395).

A liberdade em Butler (2009) é definida como agência, isto é, característica performativa de significado político. O sujeito ao se tornar resistência constitui agência e para Foucault (2007) a liberdade é denominada "subjetividade ética", ou seja, apresenta atos de resistência ao código de conduta (FURLIN, 2013, p. 397) consagrado em sociedade.

Em outras palavras, há um discurso abusivo que constitui e valida os quesitos do poder dominante, o qual valoriza a divisão e despreza a igualdade. Discurso esse que inclui questões de gênero e sexualidade, construção da masculinidade, feminilidade e homofobia.

Em relação as sexualidades não hegemônicas e variantes percebe-se que hodiernamente é uma construção social ainda polêmica na educação e nas instituições escolares, principalmente pela multiplicidade de visões, crenças, tabus, interditos e valores daqueles/as que nelas estão inseridos (SEFFNER, 2011, 2014).



Foucault observa o sexo em discurso pela sociedade burguesa no século XVII e para dominá-lo foi “necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível” (FOUCAULT, 2018, p. 19). Falar de sexo passará a ser algo controlado. A censura e o silêncio foram necessários, o pudor moderno não permitia que se falasse dele em qualquer local. O controle das enunciações do sexo limitou em onde, quando e quem poderia falar sobre ele e em quais situações e relações sociais se poderia falar dele.

Em nosso objeto de estudo acreditamos que os jovens veem nos grafitos uma das poucas possibilidades de enunciar a sexualidade. Na sociedade analisada por Foucault o tema era limitado e permitido apenas entre pais e filhos, patrões e serviçais, educadores e alunos (FOUCAULT, 2018, p. 20).

Foucault (2000) na obra *Arqueologia do Saber* apresenta noções de discurso e de práticas discursivas que nos possibilita perceber que “[...] o discurso é um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos; conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 2000, p. 124).

Afinal entendemos que as práticas discursivas são um conjunto de regras anônimas, históricas, em um tempo e espaço determinado, direcionadas a determinada área social, geográfica, econômica, linguística, em condições de exercitar as funções enunciativas. Estas práticas possuem regras próprias estabelecendo relações para que certos objetos apareçam e se fale deles. “[...] Não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época” (FOUCAULT, 2000, p. 136).

O poder que o discurso é capaz de conduzir e de produzir pode ser benéfico ou maléfico, imperativo, libertário ou castrativo; pode nos proporcionar liberdade ou nos aprisionar, dependendo dos interesses de quem detém os saberes, o poder discursivo, as estratégias, os mecanismos e o tempo.

Pensando no exposto, somos favoráveis ao pensamento de Fairclough e Wodak, (2000, p. 368), o discurso é algo carregado de efeitos ideológicos e impõem seu poder abusivo incessantemente. Este circula por veios capilares que nem sempre tomamos consciência, muitas vezes acreditamos como verdades inquestionáveis.

Na Análise Crítica do Discurso (ACD) procura-se padrões associados a questões societais e culturais. A ACD pretende “aumentar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de umas pessoas por outras, já que essa consciência é o primeiro passo para a emancipação” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 1). A ACD também

contribui para pensar o conjunto da produção das falas e imagens presentes nos grafitos, pois permite examinar os aspectos linguísticos, imagéticos com aspectos socioculturais nas imbricações de poder.

É importante percebermos e problematizarmos como se articulam a sexualidade e questões de gênero nos contextos sócio-histórico-político marcados pelos regimes discursivos de dominação e abuso de poder apresentados por Foucault (1990, 2009, 2014, 2018), uma vez que tais regimes tendem a marginalizar e excluir os diferenças em nome da dominação. As classes minoritárias tais como as mulheres, homossexuais, crianças, negros, indígenas consideradas como inferiores e marginalizadas se inscrevem como corpos que devem se mobilizar em luta pela construção e manutenção de uma democracia.

As heterotopias de desvio foucaultianas, “[...] trata de um espaço outro que agrupa professoras que representam um ‘desvio’ em relação às regras das escolas que dizem como e onde as professoras devem se reunir, o que devem discutir e como devem fazer” (PARAÍSO, 2018, p. 19-20). Exemplos e criatividade são ingredientes que educadores possuem. Precisam querer sair da zona de conforto e criar espaços para criação (re)invenção de si. Os(as) jovens e as futuras gerações terão o que e a quem agradecer.

O uso da ACD nos estudos de grafitos corrobora para perceber as construções sociais sobre as sexualidades, ainda polêmicas na escola, principalmente pela multiplicidade de visões, crenças, tabus, interditos, valores daqueles que nelas estão inseridos (SCHINDHELM, 2011; FOUCAULT, 2018).

**Figura 1** - Desenho - (heteronormatividade: rosto)



**Fonte:** acervo fotográfico do pesquisador





Na Figura 1 destacamos o desenho de um rosto demonstrando atributos masculinos, como a barba, rosto quadrado, pescoço largo, cabelo curto e ajeitado, confiante, seguro de sua condição masculina e de sua virilidade. Atributos esses que os caracterizam e os distinguem da feminilidade. Aos homens são determinados prazeres e privilégios que às mulheres são negados, desde empregos e cargos até o lugar de fala em sociedade. Conforme Welzer-Lang relata

A opressão das mulheres pelos homens é um sistema dinâmico no qual as desigualdades vividas pelas mulheres são os efeitos das vantagens dadas aos homens. Quando se atribui ao dividir uma torta sete partes aos homens e uma às mulheres, a luta por igualdade deve significar que se divida a torta em porções iguais (WELZER- LANG, 2001, p. 461).

Nos parece que essa divisão encontra-se distante da igualdade, entendemos que nesse processo de exclusão “[...] diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade” (CONNELL, 1995, p. 188), isto significa que existem distintas formas de masculinidade agrupadas em torno de determinada masculinidade hegemônica. Sabemos que a desigualdade ainda carece de muita luta pelos movimentos feministas para alcançar os patamares de igualdade entre homens e mulheres. E como manter tais privilégios de dominação do homem sobre a mulher? Por meio da violência. E do homem sobre outros homens? Veremos mais adiante.

Atribui aos homens e ao masculino as funções nobres e às mulheres e ao feminino as tarefas e funções afetadas de pouco valor. Esta divisão do mundo, esta cosmogonia baseada sobre o gênero, mantém-se e é regulada por violências: violências múltiplas e variadas as quais – das violências masculinas domésticas aos estupros de guerra, passando pelas violências no trabalho – tendem a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente os homens à custa das mulheres (WELZER- LANG, 2001, p. 461).

As características da masculinidade permitem aos homens se constituírem homens, são moldados, inclusive por rituais de passagem, muitas vezes agressivos e violentos e outras vezes passam despercebidos em nosso cotidiano, ou tidos como algo natural.

Hoje, como antes, a determinação dos lugares sociais ou das posições dos sujeitos no interior de um grupo é referida a seus corpos. Ao longo dos tempos, os sujeitos vêm sendo indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir dos padrões e referências, das normas, valores e ideias da cultura (LOURO, 2018, p. 69).

O culto ao corpo esbelto, sarado é valorizado e esperado ao masculino. Conforme podemos identificar na Figura 2 encontrado no tampo de uma carteira escolar.

**Figura 2** – Desenho - (heteronormatividade: masculinidade)



**Fonte:** acervo fotográfico do pesquisador.

Na Figura 2 é possível identificarmos traços da pedagogia cultural da masculinidade, uma vez que as normas sociais, ditam padrões de beleza masculina e de saúde, ou seja, a prática de determinadas atividades físicas. E sabemos que homens e mulheres podem fazer uso de atividades físicas, afinal os benefícios são inquestionáveis. O que questionamos e chamamos a atenção aqui refere-se ao discurso de dominação que habita corpos conforme citou Judith Butler “os corpos, na verdade, carregam discursos como parte de seu próprio sangue” (BUTLER *in* PRINS; MEIJER, 2002, p. 163, *apud* LOURO, 2018, p. 73).

Lima e Couto (2018) relatam que na década de 70 do século XX surge a pedagogia cultural de masculinidade ou o culto ao corpo.

Neste período, os gays, especialmente americanos, elaboraram uma pedagogia cultural de masculinidade ancorada em uma imagem esportiva, superviril e machista que fugisse das imagens e estereótipos do gay afeminado ou bichas. Uma estratégia para afirmar esse modelo foi esculpir o corpo em academias. A promoção do músculo foi uma maneira de enfrentar e resistir à violência homofóbica da época e também, pouco mais tarde, de mostrar que o corpo, forte e musculoso, mais belo e desejável, não estava infectado com o HIV-AIDS. O slogan repetido em toda parte era que músculo é saúde (LIMA, COUTO, 2018, p. 125).

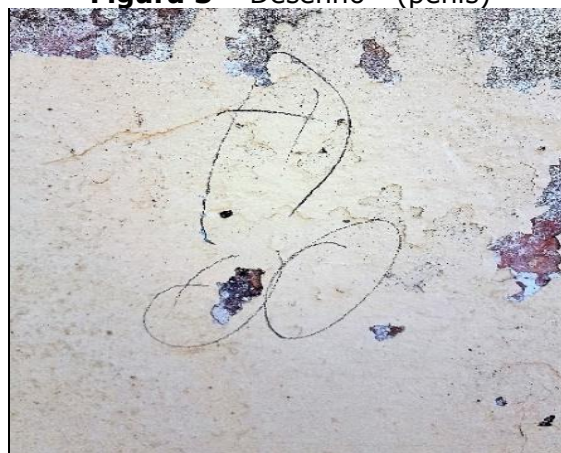
Parece que tal slogan segue hodiernamente no que refere-se a HIV-AIDS. “[...] Hoje, no entanto, com a mudança dos padrões epidemiológicos da doença, são os homens héteros e bissexuais os mais atingidos e também aqueles que têm demonstrado maior resistência às campanhas de prevenção” (GROSSI, 2004, p. 9).

Homens e mulheres devem seguir os padrões corporais esperados para um corpo de homem e para um corpo de mulher, incluindo seus desejos em direção ao sexo oposto deve ser canalizado e não desviado dessa linha.

No entanto, uma ressalva se enquadra aqui, o estereótipo de que para ser homem e macho tem que ser forte, viril, ágil, gostar de futebol, praticar esportes, inclusive os considerados radicais, caso contrário o adolescente será visto como delicado, frágil e *gay*. E ser homossexual é não estar em conformidade com a norma dominante natural. Tudo que se difere da norma deve ser abominado, recusado e eliminado. Afinal, fragilidade e delicadeza são atributos pertinentes ao campo das mulheres e não do masculino. Muitos jovens inteligentes, aplicados, que evitam atividades físicas e valorizam áreas acadêmicas são considerados nerds também são vítimas, muitas vezes, de retaliações e bullying.

Um tema importante observado foi a valorização do órgão sexual masculino. Na Figura 3 encontramos elementos associados a simbologia fálica. O pênis é símbolo de masculinidade, fertilidade e virilidade. O falo parece ser compreendido como uma espécie de desejo latente daquilo que o outro possui, no caso o falo interpretado como desejo pelo poder daqueles que o possuem, por terem nascido com esse cajado peniano, todo poder lhe pode ser proporcionado. O fato de ter nascido com pênis é uma espécie de garantia que o homem possa dominar.

**Figura 3** – Desenho - (pênis)



**Fonte:** acervo fotográfico do pesquisador.



Negar o falo ou a não veneração ao objeto fálico implicaria ameaça a virilidade. "Sua articulação com o desejo, com a sexualidade, está aí demarcada e Freud não desprezou o valor que ele tinha no mundo antigo, muito possivelmente porque em sua clínica tenha encontrado eco de sua importância" (COSTA, BONFIM, 2014, p. 231).

A sexualidade está latente nos adolescentes, manifesta-se continuamente e por meio dos grafitos é representada. Se pensarmos nos padrões sociais da heteronormatividade, tanto o homem quanto a mulher são prejudicados, por ser cobrado dos rapazes o perfil de machão, caso contrário, poderá ser julgado como *gay*. Para as mulheres esse padrão heteronormativo impõe uma carga de estereótipos (maternal, frágil, pura) e aquelas que fogem ao padrão são julgadas como puta, conforme Vilela (2017) nos chama a atenção.

A sociedade controladora, assim como a religião nos obriga a confessarmos sobre nossos desejos sexuais, nossos posicionamentos e preferências, incluindo nossa sexualidade. Estamos envolvidos em discursos que nos direcionam a isso.

Segundo Foucault em princípios do século XVII as práticas sexuais não procuravam segredos havia um discurso sem vergonha, frouxo, "transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incomodo e escândalo, entre risos dos adultos: os corpos 'pavoneavam'" (FOUCAULT, 2018, p.7).

Se compararmos com o século XIX, muito mudou, a burguesia vitoriana passa a cuidar dessas distinções e cuidadosamente encerra a sexualidade. "Muda-se para dentro de casa. A família conjugal confisca. E absorve-a inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade [...]" (FOUCAULT, 2018, p.7).

Maria Filomena Gregori e Maria Elvira Díaz-Benítez (2012) observam que há diversas posições discursivas e pontos de poder que perpassam pela crítica do mercado e da produção de imagens na cultura de massas, embasadas nas teorias da estética da representação, há críticas feministas, reformistas, religiosas, implicações legais, jurídicas, morais, que incluem termos como desviante, transtornos, obscenidades, vulgaridade, pela crítica cultural sobre o erótico e pornográfico (GREGORI, DÍAZ-BENÍTEZ, 2012, p. 7).

Sabemos que há uma exposição exacerbada de elementos sexuais que despertam a curiosidade e a sexualidade de qualquer um em variadas idades, os meios de comunicação são exemplos nítidos.

Gregori relata sobre os limites da sexualidade e do erotismo na perspectiva do gênero como prazer e perigo; perigo aos aspectos do estupro, abuso, espancamento, relacionados ao exercício da sexualidade. Prazer relacionado as novas alternativas eróticas, transgressoras das restrições impostas a sexualidade para fins de reprodução (GREGORI, DÍAZ-BENÍTEZ, 2012, p. 8).

“Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, se não nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro” (FOUCAULT, 2018, p.8). Estamos no século XXI e percebemos que arrastam-se elementos e comportamentos do século XIX. A sexualidade desviante deve ser mantida as margens em guetos. No entanto encontramos manifestações de sexualidade expressas como na Figura 4 pelos alunos de diferentes idades na ambiência escolar. E prevalece a heteronormatividade visando a procriação.

**Figura 4-** Desenho - (heterossexualidade: ato sexual)



**Fonte:** Acervo fotográfico do pesquisador.

A Figura 4 representa um ato de relação heterossexual. Foi encontrada em um dos muros na lateral da escola. A imagem foi encravada com algum tipo de objeto pontiagudo, provavelmente a ponta cega de um compasso, um prego ou algo do tipo.

A heteronormatividade também pode ser notada nas representações das práticas sexuais. A maioria dos grafitos desta categoria ilustra o ato sexual entre um homem e uma mulher. O prazer, dito normal, é esboçado pelos adolescentes como sendo o heterossexual e o ato sexual entre pessoas do mesmo sexo é menosprezado.



Segundo Michel Foucault a partir do século XVII o sexo deixa de ser tido como “[...] um tabu, mas algo de que somos intensamente estimulados a falar, e que utilizamos o tempo todo para classificar (e julgar) as pessoas que conhecemos (e mesmo aquelas que pouco conhecemos)” (FOUCAULT, 1980 apud SEFFNER, 2014, p.69). Fator perigoso pois nos obrigada a confessarmos nossas preferencias sexuais, como um tipo de criação de provas que poderá ser usado contra nós, ou seja, contra todos aqueles que confessarem não estar em conformidade com as normas heteronormativa e cristã.

Existem, historicamente, dois grandes procedimentos para produzir a verdade do sexo. Vimos o da nossa civilização: a “scientia sexualis”, a verdade do sexo, uma forma de poder saber, ligada a confissão. Mas sociedades numerosas, como a China, o Japão, a Índia, Roma, as nações árabes e muçulmanas, se dotaram de uma “ars erótica” (FOUCAULT, 1990). Na arte erótica, a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência (SEFFNER, 2014, p.73).

Enfim, “fazer sexo é bom porque dá prazer, e não porque gera filhos ou mantém a saúde” (SEFFNER, 2014, p. 73).

Connell (1995) abre um leque discursivo interessante ao relatar que com o resultado da interação global estejamos testemunhando a criação de novas formas de masculinidade hegemônica. Uma vez que saibamos que “as condições para a hegemonia estão mudando, com o crescimento do feminismo mundial, a estabilização de novas formas de sexualidade e a criação de uma economia global” (CONNELL, 1995, p. 193).

“Se pegarmos o exemplo dos ‘homens hegemônicos’, estes que estão no topo, no alto da escala de sucesso social, observamos que eles são extremamente competentes profissionalmente, mas muitos deles continuam sendo machistas [...]” (GROSSI, 2004, p. 29) em decorrência da forma com que percebem as mulheres, isto é, elas são vistas como objetos expositivos que auxiliam na imagem do poder masculino. No entanto, sabemos que

[...] os próprios empresários globalizados continuam com a ilusão, e a publicidade é poderosíssima neste sentido, de que eles vão continuar tendo uma mulher em casa, uma família, um lar que não deixa de ser construído nos mesmos modelos que a gente chamaria no Brasil de modelos tradicionais (GROSSI, 2004, p. 29).

Em outras palavras não há previsão de mudanças significativas. A segunda política é o lobby das armas “[...] a política que exalta o



poder dos homens e segue, de forma explícita, uma pauta política antifeminista” (CONNELL, 1995, p. 195). Sendo de referência hegemônica, mas pode buscar apoio nas masculinidades marginalizadas, assume uma forma de tendência na cultura, na política e nos negócios.

Os esportes televisionados, os filmes de “ação” de Hollywood, os desenhos animados e os quadrinhos dos super-heróis, os romances de aeroporto, os jogos violentos de videogame, os conjuntos de brinquedos plásticos infantis, tudo isso insiste de forma incessante na superioridade corporal dos homens e no seu domínio da tecnologia e da violência (CONNELL, 1995, p. 195).

A terceira refere-se a liberação gay, referindo-se aos movimentos gays surgidos na década de 70, onde os gays eram fortemente apontados e estereotipados, sofrendo preconceitos, com esses novos movimentos passaram a se organizar.

A política dos homens gays tem sido reorganizada em torno da AIDS. Ao construir essa resposta, as comunidades gays têm dado uma impressionante demonstração da capacidade de afeto, de solidariedade emocional e de ação coletiva dos homens face à crise e à violência (CONNELL, 1995, p. 195).

Embora saibamos que se trate de um movimento criativo e de relevância crítica cultural contrário a masculinidade hegemônica. “Resta ver se ele terá a capacidade de construir respostas duradouras à violência homofóbica, ao HIV e à AIDS e à nova direita cristã” (CONNELL, 1995, p.195-196).

O quarto movimento político denominado Política de saída ou política transformativa. “Ela busca sair das estruturas patriarcais atuais (daí o termo ‘movimento anti-sexista dos homens’), mas ela também tenta transformar as formas existentes de masculinidade. Ela partilha muitos objetivos com a política gay” (CONNELL, 1995, p. 196) buscando escapar da identidade de gênero.

Suas arenas são públicas e privadas “[...] incluindo uma revolução de gênero em certas casas, nas quais os homens participam de uma divisão igualitária no cuidado das crianças e no trabalho na cozinha, e até na Igreja, e as mulheres assumem um papel igualitário [...]” em relação as decisões e recursos (CONNELL, 1995, p. 196).

Em relação aos interesses dos homens “todas as formas de política da masculinidade envolvem uma relação com o feminismo. Quer essa seja uma relação de rejeição, ou de coexistência cautelosa



ou ainda de apoio caloroso, esse é o centro emocional dos debates atuais” (CONNELL, 1995, p. 196).

Sabemos que há desigualdades entre homens e mulheres, nos países capitalistas ricos, a renda dos homens é praticamente o dobro da renda das mulheres, o acesso a política é dez vezes menor para as mulheres, os homens controlam os meios de violência e das forças armadas. Embora saibamos que nas malhas da masculinidade hegemônica empresarial as mulheres não têm tido grande abertura. “A nova indústria internacional do vestuário e as linhas de montagem de microprocessadores, por exemplo, são arenas de um sexismo extremo. A violência contra as mulheres não tem, comprovadamente, diminuído” (CONNELL, 1995, p. 197). Inclusive na atualidade.

Nos meios midiáticos “[...] se pode observar nos principais ídolos do esporte brasileiro, sempre acasalados com ‘modelos’, mulheres que correspondem totalmente ao modelo ideal de feminilidade contemporâneo” (GROSSI, 2004, p. 29). A mulher passa a ser tida e vista como parte do patrimônio do homem.

“Não penso que os homens que buscam reformas progressistas da masculinidade podem esperar se sentir confortáveis, enquanto vivermos num mundo marcado por violência e desigualdade vinculadas ao gênero” (CONNELL, 1995, p.198).

Percebemos que nesse processo de constituição da identidade masculina inclui-se a dominação masculina e a subordinação feminina (GROSSI, 2004, p.29). Percemos a existência de mulheres que pregam, cobram, exigem de seus filhos e filhas os processos cristalizados de constituição da masculinidade superior e da subordinação feminina.

Connell (1995) nos chama a atenção para uma nova política do gênero para os homens, ou seja, novos estilos de pensamentos sem certezas. Em outras palavras muito há que ser feito, um logo caminho a ser percorrido entre a constituição do masculino e do feminino e sendo assim “no dia em que fotografias com homens carregando armas se tornarem raras e fotografias com homens empurrando carrinhos de bebê se tornarem comuns, aí saberemos que estamos realmente chegando a algum lugar” (CONNELL, 1995, p.205).

#### **4. Considerações Finais**

Os aspectos sociais, históricos, teóricos e conceituais sobre gênero, sexualidade são refletidos no ambiente escolar, se nada for feito para a desconstrução estigmatizante e heteronormativa dos corpos bem como das imbricações com as questões de gêneros, as





futuras gerações poderão sofrer consequências mais severas referente ao preconceito, discriminação, violências psicológicas e físicas principalmente contra as mulheres e homossexuais, isto é, aqueles(as) considerados(as) minorias ou que diferem dos padrões hegemônicos.

O ideal a ser alcançado deve pautar-se no respeito ao próximo, ao humano, independente do sexo, cor, raça, religião. Acreditamos que se o tema sexualidade fosse devidamente discutido em sala de aula provavelmente os grafitos teriam uma outra conotação, talvez contrárias ao ódio e preconceito pelo gozo do(a) outro(a).

Estamos reproduzindo e mantendo vivo um discurso religioso que valoriza o poder da hegemonia masculina para procriação humana, em contra partida, estigmatiza a homossexualidade, que nos séculos XVIII, XIX e XX era vista como distúrbio, perversão e/ou patologia (homossexualismo). A despatologização ocorreu de forma gradativa a partir de 1973. A alteração da terminologia para homossexualidade ocorreu em 1999 no Brasil, porém continua ocorrendo preconceitos sexuais no século XXI e crimes. Devemos procurar alcançar uma sociedade mais tolerante e menos preconceituosa relacionada as questões de gênero e sexualidade.

Percebemos a existência de múltiplos discursos, tais como: o religioso, o político, o jurídico, o médico, o biológico, o sociocultural, o misógino, heteronormativo que conduzem, normatizam a sexualidade humana e os gêneros. Discursos que centralizam o falo desde cedo na vida do menino e da menina, valorizando a masculinidade e colocando a feminilidade como algo fragilizado, submisso, passivo, que deve ser evitado pelo masculino. Não podemos negar a existência resistente de lutas e movimentos que presam pela igualdade e respeito dos gêneros.

A construção da masculinidade e da feminilidade hegemônica são construções sociais tomadas como verdades universais e inquestionáveis, nossos antepassados vivenciaram tais falácias e as transmitiram a nós, seguimos nesse viés reproduzindo-as e transmitindo-as às próximas gerações sucessivamente.

A partir do momento que se tem consciência dessa corrente discursiva e abusiva, relativa a sexualidade e questões de gênero torna-se possível a quebra dos elos, por meio dos questionamentos, discussões e mudanças dos paradigmas sedimentados.

Os apontamentos levantados por Louro (1997, 2018), Seffner (2011, 2014), Michel Foucault (1979, 1990, 2000, 2007, 2009, 2014, 2018) e Judith Butler (2003, 2009) nos levam a conclusão de que estamos inseridos em uma sistemática discursiva lógica heteronormativa que rege a sequência de que ao nascer todos os



corpos devem se encaixar no binarismo do gênero masculino ou feminino. Os corpos devem ainda apresentar todas as nuances, peculiaridades de atributos dos gêneros e obrigatoriamente pressupõe-se que se expresse desejos por alguém do sexo oposto ao seu. Esse modelo nos obriga a termos corpos, comportamentos, sentimentos, afetividades e subjetividades pré-determinados.

Os corpos e atos que resistem a sistemática hegemônica tendem a sofrer sanções punições e julgamentos. Faz-se necessário significativas mudanças relativas as questões de gênero e sexualidade para que possamos sonhar com um mundo mais tolerante que preze pelo respeito as diferenças.

Estamos nos referindo ao campo da “utopia foucaultiana”, na esperança de que seja cavada e alargada heterotopias que possibilitem o respeito as diferenças e que a hegemonia sexual masculina seja questionada, problematizada, repensada e dissolvida.

## REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. *Educar Meninas e Meninos relações de gênero na escola*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Pluralidade Cultural- orientação sexual. Brasília: MEC, 2001.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Dar cuenta de si mismo: violencia ética y responsabilidad*. Buenos Aires: Mutaciones, 2009.

CONNEL, Robert W. Políticas da Masculinidade. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2. jul/dez., p. 185-206, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725/40671> . Acesso em: 21 maio 2019.

COSTA, Ana; BONFIM, Flavia. Um passo sobre o que está acontecendo na psicanálise: primazia, querela, significante e objeto. *Ágora (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 229-245, dez., 2014.



FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. 2 ed. Brasília: Editora UNB. 2016

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. London: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman; WODAK, Ruth. Análisis crítico del discurso. In: VAN DIJK, Teun Adrianus. *El discurso como interacción social*. Estudios sobre el discurso II: una introducción multidisciplinaria. Barcelona, Espanha: Gedisa, 2000, p. 367-404.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2.ed. Revista e aumentada. 38. impressão. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, Graal, 1990.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. 9. ed. São Paulo: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Humberto L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma Trajetória Filosófica*. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

GREGORI, Maria Filomena; DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. Apresentação. *Cadernos Pagu*, n. 38, p. 7-12, jan./jun., 2012. Disponível em:



<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/issue/view/1122> Acesso em: 28 ago. 2019.

GROSSI, Miriam Pilar. 75 Masculinidades: Uma Revisão Teórica , *Antropologia em Primeira Mão*, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFSC, n. 1 (1995) Florianópolis, 2004.

LANZ, Letícia. Por que tenho medo de lhe dizer quem sou. In.: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; SEFFNER, Fernando; VILAÇA, Teresa.(Orgs). *Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa(ações) nos espaços de educação*. - Rio Grande: Ed. da FURG, 2018, p. 49-67.

LIMA, Danillo Mota; COUTO, Edvaldo Souza. Pedagogias de masculinidades e estéticas monstros no Scruff. In.: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; SEFFNER, Fernando; VILAÇA, Teresa. (Orgs). *Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa(ações) nos espaços de educação*. - Rio Grande: Ed. da FURG, 2018, p. 125-138.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6.ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*. 3.ed. ver. amp. Argos, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 395-403, jul./dez. 2013.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Gênero, sexualidade e heterotopia: entre esgotamentos e possibilidades nos currículos. In.: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; SEFFNER, Fernando; VILAÇA, Teresa. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa(ações) nos espaços de educação*. - Rio Grande: Ed. da FURG, 2018, p. 7-27.

SEFFNER, Fernando. Sexualidade: isso é mesmo matéria escolar. *Rev. Teoria e Prática da Educação*, v. 17, n. 2, p. 67-81, mai./ago. 2014.



---

SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, 336, p.561-572, maio/ago. 2011.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Discurso e Poder*. Judith Hoffnagel, Karina Falcone, organização. – 2. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017.

VILELA, Gabriela Jaqueline Domingues. *Um Estudo sobre representações de sexualidade e atitudes sexuais de adolescentes de uma Escola Pública: análise-descritiva de grafitos em carteiras escolares*. 2017. 179fs. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2017.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, jul./dez., 2001. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38109208>. Acesso em: 15 fev. 2019.

Recebido em: 29 de maio de 2019.  
Aceito em: 10 de setembro de 2019.